

5.1.7. Função Educação

A Educação é o meio mais eficaz de combate às desigualdades e à violência, e de promoção do desenvolvimento e crescimento econômico.

Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado, de forma a potencializar seus efeitos, com necessidade de investimentos em todos os seus níveis, etapas e modalidades.

A busca pela educação de qualidade para todos é o principal rumo seguido pelas ações desenvolvidas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação - MEC.

Iniciativas governamentais estão sendo desenvolvidas com o intuito de elevar o padrão de qualidade, melhorando, consequentemente, o desempenho da educação brasileira.

Como referencial de execução das políticas educacionais do Governo Federal, destaca-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como co-autora no processo de educação.

Reúne um conjunto de iniciativas articuladas, sob uma abordagem sistêmica do sistema educativo nacional, por reconhecer as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação tecnológica e alfabetização e, a partir dessas conexões, potencializar as políticas de educação de forma a que se reforcem reciprocamente.

Seus investimentos refletem em todas as subfunções típicas da educação: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior, educação de jovens e adultos e educação especial, além de outras subfunções atípicas, igualmente importantes.

Nesse sentido, o PDE oferece aos estados e municípios mais de 40 iniciativas, entre programas e ações, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação, com destaque para a reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior, a ampliação do transporte escolar, a disponibilização de laboratórios de informática ligados à Internet em todas as escolas de ensino médio urbanas e rurais, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, a construção e reforma de creches e pré-escolas, o auxílio a pesquisas, a formação inicial e continuada dos trabalhadores da

educação, dentre outras de mesma importância e magnitude.

Destacam-se ainda, mudanças estruturais que vem ocorrendo no âmbito da Educação com a alteração de diversos dispositivos legais, entre eles: a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos; o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retirava do orçamento do MEC cerca de R\$ 10 bilhões ao ano; o estabelecimento da aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB); o piso salarial nacional do magistério, que deve ser totalmente integralizado em 2010 e observado por todos os estados e municípios; a repartição e abrangência do salário-educação, que passa a financiar toda a educação básica; a ampliação do ensino fundamental para nove anos; e a extensão dos programas complementares do livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar para toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

No que tange à execução das políticas educacionais, estas seguem os programas e ações do PDE, organizados em torno de quatro eixos norteadores, articulados entre si:

- I - Educação Básica;
- II - Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade;
- III - Ensino Profissional e Tecnológico; e IV - Educação Superior.

Nestes eixos, merecem destaque as subfunções Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Ensino Superior, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Transferências para a Educação Básica, Formação de Recursos Humanos, entre outras, que são implementadas mediante a execução de diversos programas e ações a elas vinculadas.

Análise por Função e Subfunção

Os recursos aplicados na função Educação no exercício de 2009, se restringiram aos Órgãos Ministério da Educação - MEC e Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), e apresentaram um crescimento nominal de R\$ 8,4 bilhões, ou cerca de 30%, em relação a 2008, variação superior à verificada nos anos anteriores do período analisado.

A implantação de projetos prioritários no âmbito do MEC, como a expansão da Educação Profissional e da Educação Superior, mais o grande acréscimo nas transferências para estados e municípios realizadas para a Educação Básica, foram responsáveis por parte expressiva desse aumento de recursos em 2009.

VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO - 2005 a 2009

FUNÇÃO/ÓRGÃO	R\$ milhões				
	2005	2006	2007	2008	2009
Educação Total	16.188	19.667	24.354	28.251	36.680
Ministério da Educação	15.401	18.753	23.384	27.082	35.293
Operações Oficiais Crédito - Fies	787	914	970	1.169	1.387

Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado

Dentre as subfunções típicas de Educação, como mostra o próximo demonstrativo e o gráfico que o acompanha, aparentemente observam-se variações negativas no Ensino Fundamental e Médio, com quedas de 47% e 49%, respectivamente, em relação ao exercício de 2008, mas que foram mais que proporcionalmente compensadas pelo aumento de 80% nos recursos alocados na subfunção Transferências para a Educação Básica, criada em 2008 para absorver recursos destinados à educação básica sem especificação da etapa de ensino.

Estão, neste caso, incluídas as ações Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica e Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica.

Ressalte-se que, desde a implantação do Fundeb em substituição ao Fundef e da nova política de tratamento sistêmico da educação com um todo, vários programas do MEC, antes restritos à educação fundamental, como alimentação escolar e livro didático, estão sendo progressivamente estendidos a toda a educação básica,

inclusive a educação infantil e a de jovens e adultos que foram beneficiadas principalmente pela inclusão no Fundeb, com acesso à repartição dos recursos estaduais e municipais no novo fundo e à complementação da União nos estados apresentem um menor aporte tributário *per capita* em relação ao mínimo.

O demonstrativo ainda destaca, em Outras Subfunções: a Alimentação e Nutrição, que é destinada à educação básica; o Desenvolvimento Científico, vinculado ao ensino superior; e a Assistência Hospitalar e Ambulatorial, cujo expressivo crescimento em 2009 corresponde, na verdade, a uma iniciativa de gestão, com a recente separação, em Unidades Orçamentárias criadas especificamente para cada Hospital Universitário, das despesas hospitalares, inclusive a de pessoal médico não docente e técnico-administrativo, antes integralmente contabilizada na subfunção Ensino Superior, na folha de pagamento das universidades de origem.

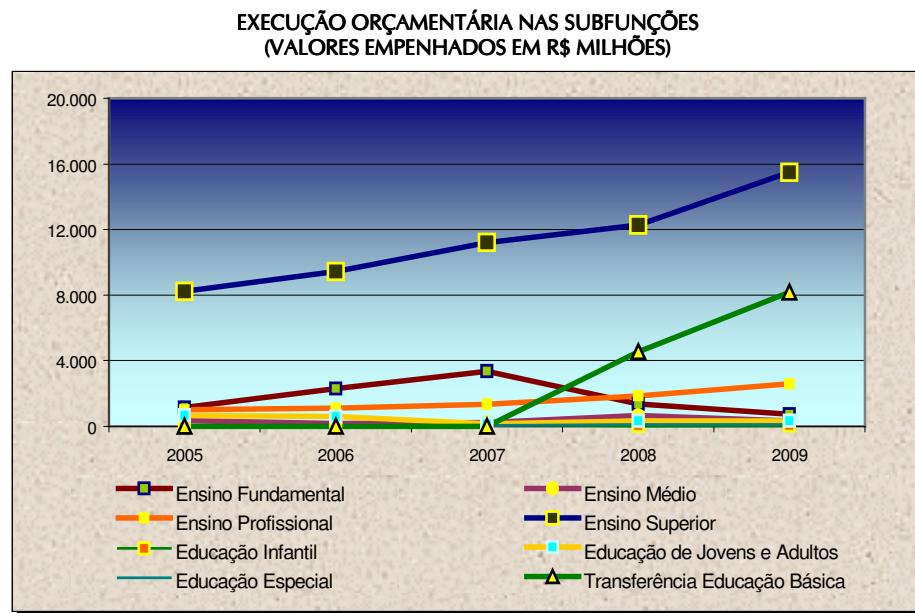
As despesas com o Fies estavam alocadas, até 2008, em Outras Subfunções - Outros Encargos Especiais. No entanto, em 2009, a parcela destinada ao financiamento aos estudantes migrou para a subfunção Ensino Superior.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES - 2005 A 2009

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA EDUCAÇÃO	11.521	13.726	16.430	21.182	27.836
Ensino Fundamental	1.158	2.291	3.364	1.360	724
Ensino Médio	347	173	236	677	344
Ensino Profissional	1.010	1.112	1.327	1.865	2.589
Ensino Superior	8.233	9.433	11.215	12.274	15.498
Educação Infantil	37	44	76	21	46
Educação de Jovens e Adultos	670	602	141	329	339
Educação Especial	66	72	72	96	106
Transferência Educação Básica			0	4.560	8.190
OUTRAS SUBFUNÇÕES	4.667	5.941	7.923	7.068	8.843
Alimentação e Nutrição	1.481	1.741	1.787	1.763	2.313
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	360	398	431	493	1.998
Desenvolvimento Científico	63	57	70	113	128
Demais	2.762	3.745	5.635	4.700	4.405
TOTAL	16.188	19.667	24.354	28.251	36.680

Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das Subfunções Típicas da Educação apresentadas no demonstrativo:



Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado

Note-se que aumentos significativos, de 39% para a subfunção Ensino Profissional e 26% no Ensino Superior, refletem as expansões em curso nas respectivas redes federais em consonância com a priorização dos quatro eixos estruturantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): educação básica, ensino profissional, ensino superior e alfabetização.

O próximo demonstrativo complementa, para 2009, a execução de subfunções típicas de educação em outras funções, nos demais Órgãos da União. Nesse caso,

a subfunção *Transferência para a Educação Básica* comporta valores relativos à cota-partes dos estados e DF do Salário-Educação, no valor de R\$ 6,4 bilhões, bem como R\$ 20,0 bilhões referentes à transferência para os estados de 20% dos impostos federais que compõem a cesta tributária do Fundeb. Ainda em relação às subfunções de educação executadas pelos demais órgãos, cabe destacar a Educação de Jovens e Adultos em que 98% do valor empênhado correspondem ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO – 2009

SUBFUNÇÃO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES			SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES (DEMAIS ÓRGÃOS)			TOTAL SUBFUNÇÕES EDUCAÇÃO (UNIÃO)
	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	
SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA EDUCAÇÃO	29.919	27.836	93,0	31.612	27.719	87,7	55.555
Ensino Fundamental	789	724	91,7	3	3	94,8	726
Ensino Médio	384	344	89,6	3	3	93,8	347
Ensino Profissional	2.900	2.589	89,3	103	63	60,8	2.652
Ensino Superior	16.454	15.498	94,2	200	188	93,5	15.686
Educação Infantil	87	46	52,7	207	201	97,1	246
Educação de Jovens e Adultos	416	339	81,6	1.042	813	78,0	1.152
Educação Especial	131	106	80,8	0,8	0,2	27,2	106
Transferência Educação Básica	8.759	8.190	93,5	30.053	26.450	88,0	34.640
OUTRAS SUBFUNÇÕES	9.986	8.843	88,6	-	-	-	-
TOTAL	39.905	36.680	91,9	31.612	27.719	87,7	55.555

Fonte: Portal do Orçamento do Senado

Educação Básica

No tocante ao nível de ensino Educação Básica, a atuação do Governo Federal se concretiza por meio da proposição de políticas, programas, ações e estratégias orientadas para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais relativos às suas etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a modalidade de ensino educação especial, que possuem subfunções específicas, com a mesma nomenclatura, conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO).

O PDE define para a Educação Básica um rol de 28 diretrizes, intitulado *Compromisso Todos pela Educação*, no qual as três esferas de governo, famílias e comunidades orientam suas ações em prol da melhoria do desempenho (qualidade) e do rendimento escolar (fluxo). Além disso, adota uma nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional do Governo Federal aos estados, municípios e Distrito Federal que firmaram o *Compromisso Todos pela Educação*, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este indicador permitiu traçar execuções de qualidade para os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino.

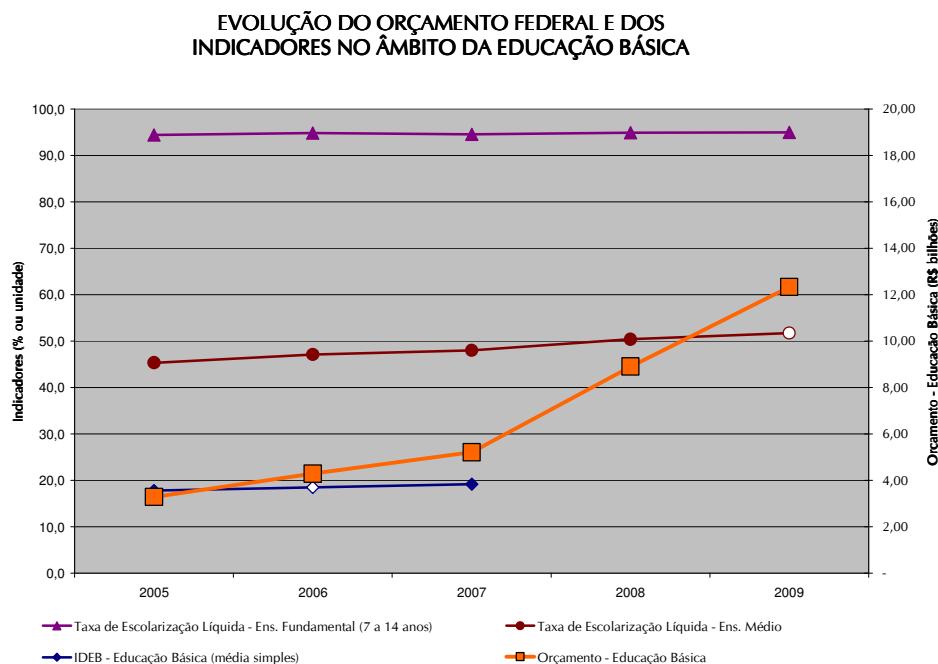
A partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC oferece apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se dá a partir da adesão ao *Compromisso Todos pela*

Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) e será realizado tendo como base o diagnóstico minucioso da realidade educacional local, com foco nas maiores necessidades detectadas.

O PAR é um planejamento multidimensional da política de educação que analisa quatro dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; e Infraestrutura e Recursos Pedagógicos. O MEC conta com a adesão de todos os estados, do Distrito Federal e dos 5.564 municípios brasileiros, somando mais de 5.480 PAR já elaborados ou em fase de elaboração. Em 2009, foram empenhados, no âmbito do PAR, R\$ 991,1 milhões.

Ressalte-se ainda, as políticas de expansão do ensino médio inovador, implementadas mediante apoio técnico e financeiro às secretarias estaduais de educação e suas escolas.

O “Programa Ensino Médio Inovador”, instituído em 2009, tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino médio nas escolas públicas estaduais, por meio de inovações curriculares, de forma articulada aos programas e ações já em desenvolvimento no âmbito federal e estadual, com linhas de ação que envolvem o contexto escolar.



Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN. Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Dentre os programas e ações desenvolvidas no âmbito da Educação Básica, destacaram-se em 2009:

Programa Brasil Escolarizado

Sendo um dos programas estruturantes que compõem a política educacional, o Brasil Escolarizado desenvolve papel fundamental como instrumento de efetivação de um conjunto de ações que vão desde o financiamento da alimentação escolar, até o apoio à reestruturação da rede física pública. Tem como objetivo contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos às suas diversas etapas e modalidades.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1061 - BRASIL ESCOLARIZADO

1061	BRASIL ESCOLARIZADO	2005	2006	2007	2008	2009
2925	Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos	13,00	n/d	n/d	17,10	n/d
2990	Taxa de Frequência Bruta no Ensino Médio	80,70	n/d	n/d	83,60	n/d
2988	Taxa de Frequência Líquida no Ensino Fundamental da População na Faixa Etária 7 a 14 anos	94,40	n/d	n/d	94,60	n/d
2991	Taxa de Frequência Líquida no Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos	45,30	n/d	n/d	48,00	n/d
2926	Taxa de Frequência Líquida na Pré-Escola da População na Faixa Etária de 4 a 6 anos	62,90	n/d	n/d	77,60	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	1.653,07	2.705,51	3.693,25	7.465,42	10.309,54

Fonte: SIGPlan / IBGE / Siafi

Para atingir os objetivos do Programa Brasil Escolarizado várias ações são executadas, dentre as quais destacam-se:

A ação **Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação - Fundeb (0E36)** tem como objetivo primordial melhorar a qualidade do ensino, beneficiando maior quantidade de alunos em todo o território nacional, por meio da redistribuição de recursos previstos constitucionalmente. Esta ação assegura a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundeb, de forma a garantir, no âmbito dos estados onde o valor per capita do Fundo encontra-se abaixo do valor mínimo nacional aluno/ano, o alcance desse valor. O aporte de recursos da União aos fundos estaduais, a título de complementação foram 100% executados, totalizando o montante de R\$ 5,1 bilhões destinados aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, beneficiando um contingente de 16,5 milhões de alunos, que constituem parte dos 45,3 milhões de alunos da educação básica contemplados com os recursos do Fundeb. Convém ressaltar que o número de alunos beneficiados com o Fundef, em 2006, foi de 30,2 milhões, o que representa um aumento de 66% em relação ao contingente de alunos em 2009 com o Fundeb. Já os recursos financeiros que compõem o Fundo, saltaram de R\$ 35,9 bilhões no último ano de vigência do Fundef para aproximadamente R\$ 67,1 bilhões, em 2009.

A execução da ação referente à Complementação da União ao Fundeb apresentou-se eficaz sob a ótica orçamentária, haja vista que foram executados 100% do valor estimado. Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb destinam-se a investimentos na remuneração e valorização dos profissionais do magistério de escolas públicas, com vistas a contribuir para a melhoria da capacidade docente, com reflexos positivos no aprendizado do aluno.

A ação **Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica – PDDE (0515)** objetiva prover com recursos financeiros, de forma suplementar, as escolas públicas estaduais, distritais e municipais que ofertam o ensino fundamental regular e especial, bem como as escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, visando a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático. Foram beneficiadas 134 mil escolas pela ação, correspondendo a R\$ 1,2 bilhão.

Com a publicação da MP nº 455, de 28 de janeiro de 2009, e da Lei 11.497, de 16 de junho de 2009, a ação 0515 ampliou o atendimento para todas as escolas da educação básica. Ainda, nas transferências de recursos do PDDE foi acrescida parcela extra de 50%, a título de incentivo, destinada a todas as escolas públicas rurais da educação básica e às escolas públicas urbanas do ensino fundamental que cumpriram as execuções intermediárias do Ideb. Em 2009, aproximadamente 26 mil escolas do ensino fundamental cumpriram essas execuções.

A ação **Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica – PNATE (0969)** visa a transferência automática, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, de recursos financeiros para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou distrital e para a contratação de serviços terceirizados de transporte. Em 2009 foram atendidos 4.962 municípios com recursos da ordem de R\$ 421,7 milhões, o que contribuiu para o acesso e a permanência na escola de 4,3 milhões de alunos do ensino público estadual, municipal e distrital, residentes em área rural.

A ação **Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental – PNLD (4046)** provê de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade os alunos e professores do ensino fundamental das redes federal, estadual, municipal e distrital. A distribuição dos livros em 2009 ocorreu a partir de setembro e segue até fevereiro de 2010, sendo que as escolas de 1º ao 5º ano receberão livros para os próximos três anos e as escolas de 6º ao 9º ano receberão, pelo segundo ano, a reposição de livros. Para atender a esses alunos, a ação adquiriu 103,5 milhões de livros em 2009.

Além disso, adquiriu obras complementares, onde serão formados 5 acervos, compostos de 30 obras cada, para serem distribuídas às turmas do 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino. Essas obras resultaram em um total de 6,6 milhões de livros para o PNLD, contribuindo para que a meta física ficasse 10,2% acima do previsto, beneficiando 29 milhões de alunos e 134,8 mil escolas com investimentos no valor de R\$ 591,4 milhões.

A ação **Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Médio – PNLEM (6322)** tem a finalidade de prover de livros e materiais didáticos e de referência, os alunos e professores das escolas públicas do ensino médio das redes federal, estadual, municipal e distrital. Nos últimos anos, a ação se consolidou por meio da ampliação de títulos e disciplinas, universalização do direito ao livro e expansão do seu público. Em 2009 foram adquiridos 12,1 milhões de livros didáticos, sendo 11,2 milhões para atender, em 2010, os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio e 941,4 mil livros para complementar a aquisição de 2009 e atender a turmas do ensino médio integrado, do magistério e atendimento a outras demandas especiais. Os recursos aplicados na ação totalizaram R\$ 137,6 milhões.

A ação **Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE (8744)** visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Sua execução obedece a um cronograma de repasse de recursos financeiros às Entidades Executoras dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para atender aos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, comunitárias e filantrópicas. Em 2009, foram beneficiados 62,5 milhões de alunos da educação básica pública por meio do repasse de recursos de R\$ 2,0 bilhões. Ressalta-se que no ano de 2009 o atendimento foi estendida ao ensino médio e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), motivo pelo qual a meta física foi superada em mais de 48%.

A ação **Capacitação e Formação Inicial e Continuada a Distância (8429)** é voltada para a capacitação e formação inicial e continuada, a distância e semipresencial, de professores para atuação nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas através de Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Atualmente são 88 instituições vinculadas ao Sistema UAB, 720 pólos de apoio presencial (557 já implementados e 163 em fase de

implementação), abrangendo 3.500 municípios e cerca de 190 mil vagas disponibilizadas. Para atender plenamente as ações da UAB, o produto desta ação foi reformulado, passando de “profissional capacitado” para “alunos matriculados”. Foram utilizados R\$ 255,1 milhões para a execução da ação.

Outra iniciativa direcionada para a formação de professores é a Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para Educação Básica (0A30), a qual atende diretamente aos eixos Educação Básica, Educação Superior e Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade. Visa capacitar profissionais do magistério da educação básica, com destaque de atuação na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A ação **Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica (4045)** tem como objetivo prover com acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, as escolas públicas da educação básica das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, mediante o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Em 2009, foram adquiridos 7,3 milhões de exemplares de livros, sendo: 204,2 mil exemplares do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa para serem distribuídos para todas as escolas públicas do ensino fundamental e médio; 247,1 mil títulos de orientação pedagógica para o PNBE–Especial; 799,6 mil exemplares de livros para atender a 47 títulos do PNBE-2009 que não foram contratados em tempo hábil no exercício de 2008; e 6 milhões de exemplares de livros para atender ao PNBE-2010. Em 2009, a ação contribuiu para a diversificação de materiais didáticos e a permanência dos alunos na escola, registrando um investimento de R\$ 57,9 milhões.

É importante salientar que não houve limite financeiro para empenho disponível para o Programa, prejudicando sobremaneira sua execução orçamentária; e houve atraso na divulgação das obras selecionadas ficando exíguo o tempo para a execução dos trâmites de habilitação, negociação e contratação com as editoras até o final do exercício.

A realização financeira foi superior à realização física porque as despesas de controle de qualidade, distribuição, mixagem, avaliação e convênios foram referentes a 100% dos livros que seriam adquiridos em 2009. Entretanto só foram adquiridos 55,8% do número previsto. Os 44,2% estão sendo adquiridos no início de 2010.

Programa Desenvolvimento da Educação Especial

Objetiva apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, cuja função é disponibilizar recursos e serviços e realizar o atendimento educacional

especializado, de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, aos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O conjunto de programas, projetos e ações do MEC para o desenvolvimento inclusivo das escolas públicas tem alcançado o crescimento das

matrículas dos alunos da educação especial nas classes comuns da rede publica de ensino. Conforme indicadores do Censo Escolar, em 2003, o índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino era de 28,8% e em 2009 este percentual é de 61,0%.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1374	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2005	2006	2007	2008	2009
2345	Índice de Acesso a Educação Básica	n/d	39,00	27,50	38,00	n/d
2530	Índice de Atendimento Educacional Especializado	n/d	100,00	107,00	139,60	n/d
2346	Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino	n/d	59,70	n/d	69,00	n/d
2343	Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física	n/d	12,80	11,60	18,60	n/d
2140	Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica	41,00	46,40	47,60	54,00	n/d
2344	Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial	n/d	89,00	n/d	96,00	n/d
2111	Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros	50,10	57,00	n/d	65,40	n/d
2112	Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica	1,40	2,10	n/d	3,60	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	68,03	78,12	79,10	105,13	115,10

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

No âmbito do Programa Desenvolvimento da Educação Especial destacam-se algumas iniciativas do PDE, quais sejam:

Projeto Livro Acessível: objetiva garantir a acessibilidade, nos Programas do Livro, aos alunos com deficiência visual matriculados em escolas públicas da educação básica, por meio da distribuição de livros em Braille e no formato digital acessível. Na implementação do Projeto, foram produzidos livros didáticos, distribuídos laptops e adquiridos equipamentos para modernização dos Centros de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual e dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille, beneficiando 5.036 alunos cegos matriculados na rede pública de educação.

Programa Escola Acessível: apóia ações de adequação de prédios escolares para acessibilidade. Descentraliza recursos às escolas por meio do “Programa Dinheiro Direto na Escola”. Foram atendidas 4.770 escolas.

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: disponibiliza equipamentos, mobiliários, matérias didático-pedagógicas e recursos de acessibilidade para a organização de espaços, visando à oferta do atendimento educacional especializado na rede pública de ensino regular.

Dentre as ações voltadas para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e nas comunicações, destacam-se:

A ação **Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial (6310)** visa ampliar a organização de escolas regulares para disponibilizar os serviços e recursos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Ressalta-se que esta ação foi reestruturada gerando uma superação da meta física realizada em razão da ampliação da demanda dos sistemas de ensino, no apoio à organização de espaços para o atendimento educacional especializado. Foram adquiridos os mobiliários e equipamentos para atender cerca de 10 mil escolas com um montante de R\$ 32,7 milhões.

Ação Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar (8371). Em 2009 sua meta física, escolas atendidas, superou a meta prevista em razão do fortalecimento da política de inclusão no ensino regular e da reorientação da sistemática de atendimento aos sistemas de ensino que, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), possibilitou melhorar o processo de apresentação e atendimento as demandas. Desse modo, a ação foi reformulada para contemplar as escolas no âmbito do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, beneficiando maior número de alunos da rede pública, uma vez que nessas salas é realizado o atendimento educacional especializado de alunos da própria escola e de outras escolas da rede pública de ensino, no turno inverso ao da escolarização. Foram beneficiadas 10 mil escolas com um investimento de R\$ 6,3 milhões.

Programa Qualidade na Escola

O Programa Qualidade na Escola objetiva expandir e melhorar a qualidade da educação básica. Seu público são os alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Vem suprir a necessidade de adoção de ações espacialmente focalizadas e específicas para a superação de problemas relacionados à evasão, abandono e defasagem escolar na educação básica.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1448 – QUALIDADE NA ESCOLA

1448	QUALIDADE NA ESCOLA	2005	2006	2007	2008	2009
2993	Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos	0,79	0,85	0,80	0,80	n/d
2994	Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos	n/d	4,43	4,10	4,10	n/d
2995	Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 18 a 35 anos	n/d	8,30	8,80	8,80	n/d
2996	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando na Educação Infantil	n/d	42,90	n/d	47,22	48,90
2997	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Fundamental	n/d	71,80	n/d	71,40	73,10
2998	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Médio	n/d	95,40	n/d	92,00	91,90
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	n/d	n/d	n/d	1.334,80	1.674,23

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa, destacaram-se:

Ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica (09CW) tem como finalidade conceder apoio mediante a transferência de recursos financeiros às entidades públicas federal, estadual, distrital e municipal, para construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de unidades de educação infantil padronizadas.

No exercício de 2009 foi possível ampliar o seu alcance direcionando, aproximadamente, metade dos convênios firmados para os estados das regiões Norte e Nordeste do país, que são regiões historicamente menos favorecidas, e, dessa forma, promover a redução do número de crianças fora da escola ou em escolas com condições inadequadas para o ensino. Em 2009 foram construídas 576 novas escolas.

Além dessas novas construções, foram finalizadas diversas construções de escolas de educação infantil já em execução; reforma e ampliação de escolas dos níveis infantil e fundamental; construção de escola de ensino fundamental; construção, reforma e ampliação de escolas de nível médio, totalizando 1.036 escolas apoiadas, com recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 547 milhões.

Ação Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola (OE53) tem como objetivo a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas para o transporte escolar de alunos da educação básica e da educação especial residentes na zona rural.

Além disso, a ação tem por escopo a definição de especificações padronizadas para esses veículos e a redução de seus custos. Na esfera municipal, a ação contribuiu para facilitar o acesso dos alunos da zona rural às escolas públicas, contribuindo, assim na redução das desigualdades regionais. Na esfera nacional, a ação reduziu as desigualdades entre regiões, pois o seu atendimento é focado em municípios que se concentram nas regiões norte e nordeste do país e que necessitam de atendimento prioritário.

Os recursos financeiros da ação são disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo MEC. Durante o exercício de 2009 foi

assinado o Termo de Cooperação com a Marinha, no valor de R\$ 134,6 milhões, para a construção de 600 Lanchas Escola a serem utilizadas no serviço de transporte escolar de passageiros de regiões ribeirinhas. A ação superou a meta prevista em 38,8%, tendo sido beneficiados 833 municípios com recursos da ordem de R\$ 132 milhões para a aquisição de 869 veículos.

Ação Disseminação de Tecnologias Educacionais (8602). A Política de Tecnologias Educacionais tem como objetivo avaliar e pré-qualificar tecnologias educacionais inovadoras capazes de subsidiar a promoção da qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades. Foram distribuídas tecnologias educacionais de correção de fluxo para 833.315 alunos, em 1.179 municípios, além de 8.506 Guias de Tecnologias, totalizando um investimento de cerca de R\$ 11,9 milhões.

A meta física alcançada ultrapassa em muito a que fora estipulada devido ao fato de que, no momento da formulação da meta física no PPA, o próprio conceito de tecnologia educacional como objeto da política pública educacional era ainda embrionário, o que incidiu sobre uma meta modestamente quantificada.

Na realidade, a unidade de Kit Tecnológico, em vez de contemplar um grupo de alunos, passou a contemplar individualmente cada aluno, o que resultou num aumento considerável do desempenho físico da ação.

Ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (0509) tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica. Dada a sua característica peculiar, propicia suporte à execução de uma vasta diversidade de iniciativas.

A ação é considerada um suporte fundamental para a efetivação das demandas oriundas dos Planos de Ações Articuladas do Compromisso Todos pela Educação, pilar fundamental do PDE. Em 2009 foram financiados, dentre outros, projetos de construção nas regiões Norte e Nordeste, aquisição de mobiliários e equipamentos de escola, material didático e pedagógico, capacitação de professores e de profissionais da educação, assim como o apoio a eventos educacionais e de monitoramento e avaliação.

Por intermédio da Lei nº 12.184/2009, editada em meados do mês de dezembro, foi autorizada suplementação orçamentária da ação supracitada em aproximadamente 54%, o que comprometeu a possibilidade de sua efetiva implementação face à exiguidade de prazo para a operacionalização da execução dos créditos.

Além do impacto do contingenciamento orçamentário e da limitação de empenho sobre a meta física da ação, também é importante ressaltar a existência de variação do custo efetivo do produto da ação definido na LOA – projeto apoiado – e aquele efetivamente observado na sua execução.

Outro fator a ser observado é que o incremento da meta financeira da ação, por meio da autorização de crédito suplementar, não foi igualmente refletido na sua meta física.

Deve ser ressaltado que a meta física correspondente a 3.666 projetos apoiados (valor cadastrado no Simec) refere-se à dotação provisionada inicialmente pela Lei nº 11.897/2008. Não foram consignados nos instrumentos legais que concederam as suplementações de créditos adicionais, os valores das metas físicas correspondentes, tanto adicionando quanto subtraindo, nos casos, respectivamente, de suplementação e de cancelamento de dotações.

Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais

O Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais tem como objetivo produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, sobre o sistema de educação brasileiro a partir das avaliações de desempenho, dos exames de certificação e da produção de indicadores, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

Por abranger o desenvolvimento de sistemas estatísticos e avaliações exclusivas, o programa subsidia diretamente a consecução dos vários programas de governo na área educacional, pelo fornecimento de dados e indicadores quantitativos e qualitativos da educação brasileira. É executado mediante diversas ações, dentre as quais destacaram-se:

Ação Avaliação da Educação Básica (4022). Com relação a essa ação, em 2009 foi realizada a 3ª edição da Prova Brasil, uma avaliação universal de alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental. Houve a participação de aproximadamente 6 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 60 mil escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos.

Em 2010, será analisada a base de dados da aplicação a fim de divulgar os resultados da Prova Brasil 2009 e o seu impacto sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Foram envolvidos recursos da ordem de R\$ 51,5 milhões.

Ação Avaliações Internacionais de Alunos (6291). Nessa ação destacou-se a realização da edição 2009 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), do qual participaram, aproximadamente, 35 mil alunos de 990 escolas públicas e privadas, das áreas rural e urbana de 587 municípios, em todos os estados do país, além do Distrito Federal.

Também foram divulgados os resultados do Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce), que avalia o desempenho dos estudantes da 3ª e 6ª séries do Ensino Fundamental nas disciplinas de Matemática, Linguagem (Leitura e Escrita) e Ciências, na América Latina e no Caribe.

Trata-se de um projeto do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) sob a coordenação do Escritório Regional da UNESCO para América Latina e do Caribe, com colaboração do Ministério da Educação. A ação teve execução de R\$ 2,6 milhões.

Ação Exames Nacionais de Habilidades e Competências (4017). No âmbito dessa ação foi realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com o objetivo de ampliar a democratização do acesso às vagas públicas do ensino superior, possibilitar uma maior mobilidade acadêmica e induzir à reestruturação dos currículos do ensino médio.

Em 2009 o Governo reformulou o Enem, possibilitando sua utilização como parâmetro único na seleção de candidatos para ingresso nas Universidades Federais, Institutos Federais de Educação, além das Instituições Privadas de Ensino Superior. Houve a participação de aproximadamente 4,1 milhões de inscritos e de 2,6 milhões de efetivos participantes.

Também nesta ação foram realizadas as aplicações do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no uso e no Ensino de Libras e de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras (Prolibras) e do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), com 2.015 participantes oriundos de 27 países diferentes e do Brasil, e ainda o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) aplicado no Japão e Suíça, bem como execução dos pré-testes de itens do Enem 2009 e Encceja do ensino fundamental.

A ação Censo Escolar da Educação Básica (4014) tem por objetivo a coleta de dados do Censo Escolar em todo o país sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar e traça, com isso, um retrato fiel da realidade educacional.

Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades. No ano de 2009 o Censo Escolar incluiu quesitos sobre jornada ampliada e educação em tempo integral e os resultados foram minuciosamente revisados, o que resultou na melhoria da qualidade das informações e na exclusão dos registros em duplicidade.

Nesse Censo foram contabilizados no Brasil, 52.580.452 estudantes na Educação Básica, que compreende a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental (1º a 9º ano ou 1ª a 8ª série), o Ensino Médio, a Educação Profissional, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (nas etapas Ensino Fundamental e Ensino Médio). Há um total de 197.468 escolas. Desses, aproximadamente, 86% de matrículas e 82% de escolas pertencem à rede pública de ensino. Em 2009 a ação executou R\$ 9,5 milhões.

Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade

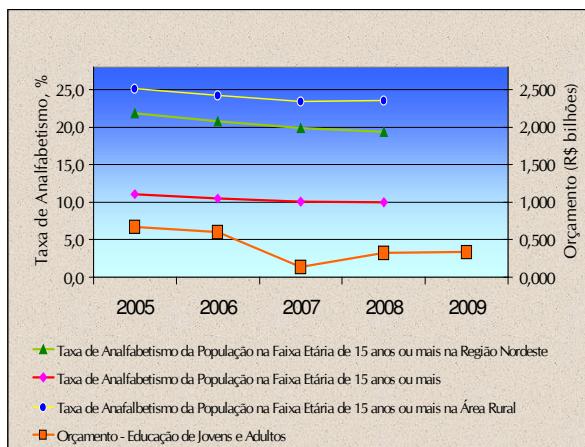
A educação é um direito de todos, e garantir o exercício deste direito é função primordial de qualquer governo democrático. Sendo a diversidade uma das principais características do Brasil, seja ela étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional, cultural, entre outras, é premente a necessidade de desenvolver ações educacionais mobilizadoras para fomentar igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental, de modo a contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação.

Portanto, a política educacional, entre outras políticas públicas que visem a inclusão social, precisam ser elaboradas sob a ótica da valorização da diversidade e da equidade, ou seja, sob o pressuposto de que é preciso atender a todos na medida de suas necessidades.

Para o Ministério da Educação, pensar em políticas que promovam a igualdade de oportunidades na educação, o acesso aos bens comuns, à justiça social e ambiental que garantam a qualidade de vida, é um desafio a ser enfrentado na busca de uma sociedade menos desigual.

Os projetos e ações previstos nesse eixo de atuação contemplam o fortalecimento de espaços de diálogo e de parcerias entre os entes federados e a sociedade; o fomento à construção e implementação de tecnologias educacionais e sociais que, tendo como base territorial o município, promovam a educação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes públicas de educação básica, por meio da integração de políticas públicas e práticas sociais - educacionais, culturais, assistenciais, esportivas e ambientais; do estímulo ao convívio dos diversos grupos em tais atividades de educação formal e não-formal; da criação de redes sociais em torno da escola; de ações pedagógicas com crianças, adolescentes e jovens integradas a processos de formação de educadores (professores, gestores, monitores); entre outros.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN

Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Como resultado da integração de diversos programas para a juventude do Governo Federal, constantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o MEC é responsável pelo "ProJovem Campo-Saberes da Terra", ação que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

Em 2009 o atendimento foi ampliado para 24 mil jovens. Os recursos da ação são utilizados para a elaboração e distribuição dos kits pedagógicos para os jovens e material de apoio para professores e gestores do Programa.

Com relação ao eixo norteador do Plano de Desenvolvimento da Educação intitulado Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade, existem dois programas que fomentam suas políticas, são eles o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos e o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania.

Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

O Programa tem como objetivo elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, não alfabetizados ou com baixa escolaridade.

Em 2009, acordo dos governos estaduais com o Governo Federal ampliou o atendimento a analfabetos na Amazônia Legal e no Nordeste para 2009 e 2010, contribuindo para a melhoria dos resultados na área rural, principalmente. Atualmente, são 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais.

O acordo prevê o atendimento a 4,5 milhões de analfabetos (3,9 milhões no Nordeste e 0,6 milhões na Amazônia Legal) e enfatiza a continuidade dos estudos, o que implica em ampliação da oferta de vagas em Educação de Jovens e Adultos. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) atendeu, em parceria com mais de 1.300 entidades,

aproximadamente 2,1 milhões de jovens e adultos e cobriu | 3.890 municípios brasileiros.

Evolução dos Indicadores do Programa 1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

1060	BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2005	2006	2007	2008	2009
3011	Percentual da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série	23,40	n/d	n/d	21,64	n/d
8085	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 24 anos	3,70	2,86	n/d	2,90	n/d
3010	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais	11,05	10,47	10,09	9,99	n/d
8084	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural	25,00	24,28	23,42	23,26	n/d
8083	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste	21,90	20,73	19,93	19,44	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	673,24	604,82	143,04	290,46	290,52

Fonte: SIGPlan / IBGE / Siafi.

Merece destaque, ainda, a realização da VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em dezembro de 2009. Sediado em Belém, o evento teve a participação de 156 países representando todos os continentes e teve como objetivo principal discutir as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito mundial. Na ocasião foi aprovado o Marco de Ação de Belém, documento validado por todos os participantes que oferece orientações para as políticas de educação de jovens e adultos dos países membros. Pela primeira vez a CONFINTEA, que ocorre a cada doze anos, foi realizada num país do hemisfério sul.

As ações mais relevantes do Programa, em 2009, são:

A ação **Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos (8790)** disponibiliza apoio financeiro, calculado com base no número de alfabetizandos e alfabetizadores previstos pelos estados, Distrito Federal e municípios nos respectivos Planos Plurianuais de Alfabetização (PPAlfa). O apoio financeiro suporta o custeio das seguintes ações:

- formação inicial e continuada de alfabetizadores e coordenadores de turmas, incluindo-se capacitação para a aplicação de teste de acuidade visual do Programa Olhar Brasil;
- aquisição de material escolar, incluindo-se a reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos;
- aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades de alimentação escolar dos alfabetizandos;
- transporte para os alfabetizandos; e
- aquisição de material pedagógico, didático ou literário, para uso nas turmas.

Em 2009, foram apoiadas 1.317 projetos, sendo 1.292 prefeituras e 25 Secretarias Estaduais de Educação. A meta física inicial estimada para 1000 projetos foi superada acima de 30%. Para tanto foram investidos aproximadamente R\$ 82 milhões.

A ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos (8823) tem como objetivo a

seleção, produção e distribuição de materiais didáticos para jovens e adultos, mediante:

- implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado;
- implementação do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA);
- apoio à produção de materiais didáticos desenvolvidos na própria entidade parceira do Brasil Alfabetizado ou aquisição de materiais não comerciais.

Por meio da implementação do PNLA, foram distribuídos 2.621.036 livros aos alfabetizandos e aos educandos da 1ª série da EJA fundamental e 233.280 para os educadores das escolas de ensino público atuando que lecionam em turmas de alfabetização, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública, e entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Para a realização da escolha do livro didático foram distribuídos 47.433 guias. Este número amplia significativamente o acesso a materiais de qualidade que contribuem tanto para o aperfeiçoamento das práticas dos professores quanto para os processos de aprendizagem dos jovens, adultos e idosos.

Outra importante ação foi a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD-EJA), com o objetivo de prover as entidades parceiras do PBA e as escolas públicas de ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) federais ou das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal com livros didáticos adequados ao público pretendido pela EJA. A iniciativa beneficiará 5,4 milhões de alunos, que recebiam apenas livros de alfabetização. O montante de investimentos realizados chega a R\$21,8 milhões.

Programa Educação para a Diversidade e Cidadania

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania implementa políticas para uma educação integral e integrada, significando uma educação que, de um lado, visa ao desenvolvimento pleno de estudantes como seres humanos e cidadãos e, de outro, articula as diferentes áreas do agir humano, em ações socioeducativas que ampliem

os currículos, tempos e espaços escolares. Contribui de forma fundamental para reduzir as desigualdades, na medida em que não apenas atende a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional, como também leva a temática da diversidade para o maior

número de escolas possíveis, com vistas à superação de preconceitos e discriminações. Atua também no fortalecimento das redes públicas pela ampliação da jornada escolar com a adoção da educação integral nas escolas com menores resultados de aprendizado (Ideb).

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1377 - EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA

1377	EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA	2005	2006	2007	2008	2009
2538	Índice de Igualdade da Educação de Campo	n/d	0,65	n/d	0,52	n/d
2539	Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena	n/d	0,53	n/d	0,53	n/d
2537	Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares	n/d	0,78	n/d	0,60	n/d
2540	Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais	n/d	0,84	n/d	0,82	n/d
2541	Índice de Igualdade de Gênero	n/d	0,97	n/d	0,95	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	54,87	59,10	23,82	35,02	80,62

Fonte: SIGPlan / IBGE/ Inep / Siafi

Além disso, ações de educação ambiental aproximam escolas e comunidades, promovem respeito à cultura e à diversidade.

Entre as ações específicas que se desenvolveram em 2009 para os públicos da diversidade, destacam-se a realização da I Conferência de Educação Escolar Indígena, a implementação do “Programa Escola Ativa”, voltado para escolas multisseriadas do campo e a produção de materiais e construção de escolas quilombolas.

Neste Programa também constam ações voltadas para os públicos vulneráveis da educação básica. O destaque em 2009 foi a ampliação do “Programa Mais Educação”, oferecido a 5.000 escolas das redes estaduais e municipais que estejam em regiões metropolitanas e tenham Ideb baixo.

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania também possibilitou a ampliação da oferta de cursos de formação inicial de professores do campo e indígenas (PROCAMPO e PROLIND), além de cursos de formação continuada nos temas da diversidade. Como ação não orçamentária relevante, destaca-se o acompanhamento da freqüência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família que, em parceria com outros órgãos de Governo, tem alcançado resultados melhores a cada ciclo de acompanhamento, além de ter propiciado importante articulação institucional com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS) e gestores estaduais e municipais do referido Programa.

Com relação aos públicos que sofrem maior desigualdade no acesso à educação, em particular populações indígenas, do campo e quilombolas, foram ainda desenvolvidas ações para formação inicial de professores e fortalecimento das redes, como é o caso do Programa ProJovem-Saberes da Terra, voltado para a educação de jovens e adultos do campo, e no desenvolvimento de materiais didáticos para comunidades quilombolas.

Como ação mais relevante do programa destaca-se o **Apoio ao desenvolvimento da educação do campo, das comunidades indígenas e comunidades tradicionais (8750)**, que tem seu foco na redução das desigualdades

étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar. É realizada mediante o estabelecimento de parcerias com estados, Distrito Federal, municípios, instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos de educação diretamente referidos aos eixos do Programa.

Em 2009 foram apoiados 3.487 projetos voltados para o atendimento à Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, principalmente o Escola Ativa, e apoio ao desenvolvimento da educação em comunidades quilombolas, superando em muito a meta prevista de 293 projetos. O investimento totalizou R\$ 22,6 milhões.

No âmbito da Educação Escolar Indígena merece destaque a criação dos territórios etnoeducacionais indígenas, instrumento de gestão da educação indígena, definido no Decreto nº 6.861/2009. Esse Decreto determina que as ações da União de apoio técnico e financeiro voltadas para ampliação da oferta da educação escolar às comunidades indígenas devem ser organizadas a partir da definição de territórios etnoeducacionais.

Outro destaque foi a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que representa um processo de construção ampla das condições de oferta da educação intercultural indígena, buscando aperfeiçoar as bases das políticas e a gestão de programas e ações para o tratamento qualificado e efetivo da sociodiversidade indígena com participação social.

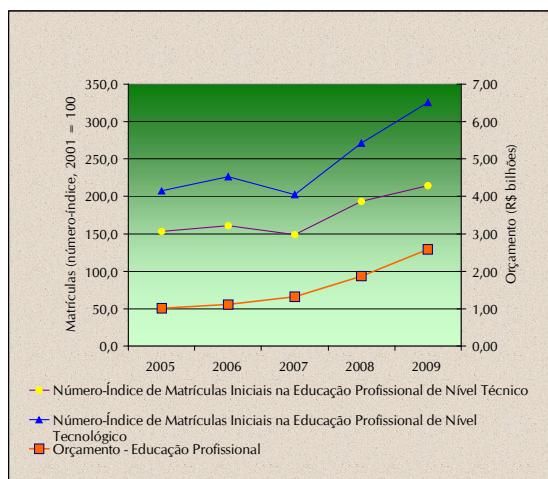
Com relação à Educação do Campo, os recursos da ação permitiram, principalmente, a execução do Programa Escola Ativa - voltada para a produção de material didático, a formação e o apoio à implementação de uma estratégia pedagógica específica em escolas multisseriadas situadas no campo. O Programa beneficiou 2.302 municípios e um quantitativo de 28.025 escolas com turmas multisseriadas com atendimento a 694.237 alunos, representando um crescimento de 72% de municípios (ou seja, nos projetos apoiados), 182% nas escolas e 132% nos alunos em relação ao ano anterior. Optou-se por considerar o Projeto

Escola Ativa como sendo um projeto por cada município, por essa razão o realizado superou o estimado.

Ensino Profissional e Tecnológico

A Educação Profissional e Tecnológica vivencia atualmente a maior expansão de sua história. Em 2009, o Governo Federal deu continuidade ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que deverá deixar em pleno funcionamento, até 2010, 354 unidades de ensino e oferecer em torno de 500 mil vagas, distribuídas pelos 26 estados e o Distrito Federal. Em atendimento à política de reordenamento da rede de instituições federais de educação profissional e tecnológica, em 2009 foram inauguradas 24 escolas técnicas e mais 79 serão inauguradas em 2010. A distribuição das instituições de ensino igualmente prioriza os municípios situados em regiões interioranas e nas periferias dos grandes centros urbanos.

Evolução do Orçamento Federal e dos Indicadores no Âmbito da Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Inep, IBGE e Siafi / Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Como iniciativa prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) tem a missão de promover o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, destacando-se a verticalização do ensino, com atuação em todos os seus níveis e modalidades, articulando a educação superior, básica e tecnológica, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e

dialogando com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais. As unidades que compõem os Institutos Federais receberão investimentos de R\$ 260 milhões para a reestruturação em curso. A meta é atingir 190 mil vagas abertas e reorganizar a rede federal de ensino.

Ainda ancoradas no PDE, foram implementadas ações de fundamental importância para o fortalecimento das políticas públicas no âmbito da educação profissional e tecnológica, quais sejam: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional, a Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil Profissionalizado) e a Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional. Além dessas, as ações não orçamentárias de criação da Rede Certific e o acompanhamento do Acordo de Gratuidade entre o MEC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), demonstram a sintonia dos programas educacionais com as políticas de inclusão definidas e aplicadas pelo Governo Federal. Ressalte-se que com relação ao Acordo de Gratuidade do Sistema S, em 2009 foram contabilizadas 287.264 novas matrículas gratuitas no Senai e Senac, o que corresponde a 217.836 alunos de baixa renda beneficiados.

Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

O Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo primordial ampliar a oferta de educação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Estabelecido o ano de 2006 como referência, dados dos censos educacionais indicam que a meta estabelecida para 2011 encaminha-se para ser atingida. Na educação profissional técnica de nível médio, o censo aponta a existência de 927.968 alunos matriculados, o que equivale a um crescimento de 31% em relação a 2006. No nível superior tecnológico o crescimento foi de 68,9%, considerando-se a existência atual de 218.843 matrículas nesse nível de ensino. A Rede Federal, por sua vez, vivencia a maior expansão da sua história.

Evolução dos Indicadores do Programa 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

1062	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2005	2006	2007	2008	2009
1513	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico	n/d	100,00	n/d	115,55	n/d
1804	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico	n/d	100,00	n/d	124,80	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	1.024,70	1.242,85	1.471,61	2.027,29	2.812,73

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

A implementação do SISTEC constitui uma iniciativa pioneira e inovadora, com o intuito de reunir e disponibilizar à sociedade, informações sobre cursos técnicos de nível médio e cursos de qualificação profissional.

Dentre as funcionalidades do sistema, destaca-se a apresentação de informações sobre: escolas em funcionamento regular; órgãos competentes de cada sistema de ensino; matrículas, abandono e conclusões; acompanhamento do acordo de gratuidade com o Sistema S; além da possibilidade de apontar tendências na formação profissional ao identificar os cursos mais procurados e as disparidades regionais nessa oferta.

O sistema foi desenvolvido para coletar dados dos ingressantes em cursos técnicos e de qualificação profissional a partir do ano de 2009, sendo possível a estes estudantes conferir eletronicamente a validade nacional dos diplomas emitidos. Em 2009 foram contabilizadas 2.768.392 matrículas, das quais 488.511 são de ingressantes em cursos técnicos e 2.279.881 ingressantes em cursos de qualificação profissional.

Para viabilizar as iniciativas do Programa 1062, duas ações merecem destaque:

Ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1H10). O processo de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que inicialmente previa a criação de novas Escolas Técnicas, tomou outra dimensão conceitual e prática com a vigência da Lei nº 11.892/2008. Essa Lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da transformação ou integração de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas e Agrotécnicas.

Em 2009 houve a conclusão de obras e a aquisição de equipamentos para 100 novas escolas que entrarão em funcionamento já em março de 2010, totalizando, assim, 280 das 380 que deverão estar em funcionamento até o final de 2010.

Essa expansão possibilitou um acréscimo de 43.663 matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, foram investidos cerca de R\$ 328 milhões.

Tendo em vista um erro material havido entre o produto da ação e a meta prevista (um trata de unidade implantada enquanto o outro faz referência às novas matrículas ofertadas), e visando dar maior visibilidade às ações governamentais em andamento, “matrículas ofertadas” foi considerado como produto da ação, por ser o indicador mais efetivo para mensurar a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ação Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (8650). Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e

Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, houve o reordenamento das instituições de educação profissional e tecnológica federais.

Por meio da transformação ou integração de 68 autarquias resumiram-se aos novos 38 Institutos Federais e cada uma das antigas unidades transformaram-se em *campus*.

O que seria somente uma expansão física de novas unidades passou a ser uma expansão, também, da missão institucional que, agora, ao invés de oferecer somente cursos técnicos, oferta cursos de graduação (tecnólogos, licenciaturas, bacharelados em especial as engenharias) e pós-graduações autarquias, antigas escolas técnicas e agrotécnicas e Cefets, agora transformadas em *campus* juntamente com suas 34 unidades de ensino descentralizadas e mais 8 escolas vinculadas às universidades federais, que assumiram um modelo moderno de gestão agregando-se, de forma racional, aos 38 Institutos Federais criados nas 27 unidades federativas. Em 2009 foram atendidas 212 unidades com recursos da ordem de R\$ 151,5 milhões.

Ainda no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica algumas iniciativas mereceram destaque em 2009:

- “Programa Brasil Profissionalizado” que visa o alcance de uma das metas do PDE, que é modernizar e expandir as redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, mediante o repasse de recursos para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Os investimentos foram superiores a R\$ 700 milhões para construções, ampliações, reformas e equipamentos de mais de 500 escolas.
- A realização, em novembro de 2009, do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, com a presença de mais de 13 mil participantes de instituições nacionais e internacionais. O evento contou com conferencistas de 15 países, delegações de todos os estados, 170 atividades culturais, 165 palestras, além de 755 trabalhos estudantis.
- A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (CERTIFIC). Trata-se de uma iniciativa com grande relevância social pela sua contribuição na (re)inserção e permanência na escola e no trabalho de milhões de pessoas, mediante a avaliação e reconhecimento dos saberes “não formais”, ou seja, conhecimentos construídos ou adquiridos por essas pessoas nas relações sociais, em espaços diversos. É uma criação conjunta do Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego. A Rede CERTIFIC se configura como um conjunto de ações cooperadas, desenvolvidas pelos Institutos Federais e instituições de educação profissional e tecnológica, que visam ao estabelecimento de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada para o atendimento gratuito a jovens, adultos e trabalhadores que busquem a formação ou a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimento fins de prosseguimentos de estudos ou exercício profissional.

- Foram desenvolvidos no ano de 2009, para implementação no exercício de 2010, os programas das áreas de Construção Civil, Mecânica, Turismo e Hospitalidade e Pesca dentre outros, que serão implementados no exercício de 2010 concomitantemente à constituição da estrutura de gestão e funcionamento da Rede CERTIFIC e ao processo de adesão das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.
- Ainda na área de Formação inicial e continuada, o Projeto denominado Mulheres Mil tem dado excelente contribuição na tentativa de reduzir as desigualdades regionais. Os Institutos Federais do Norte e Nordeste do país atuam nesse projeto, o qual oferece formação profissional a cerca de 1.400 mulheres desfavorecidas dessas regiões. A capacitação e qualificação profissional reconhecem saberes previamente constituídos e criam as condições para que elas

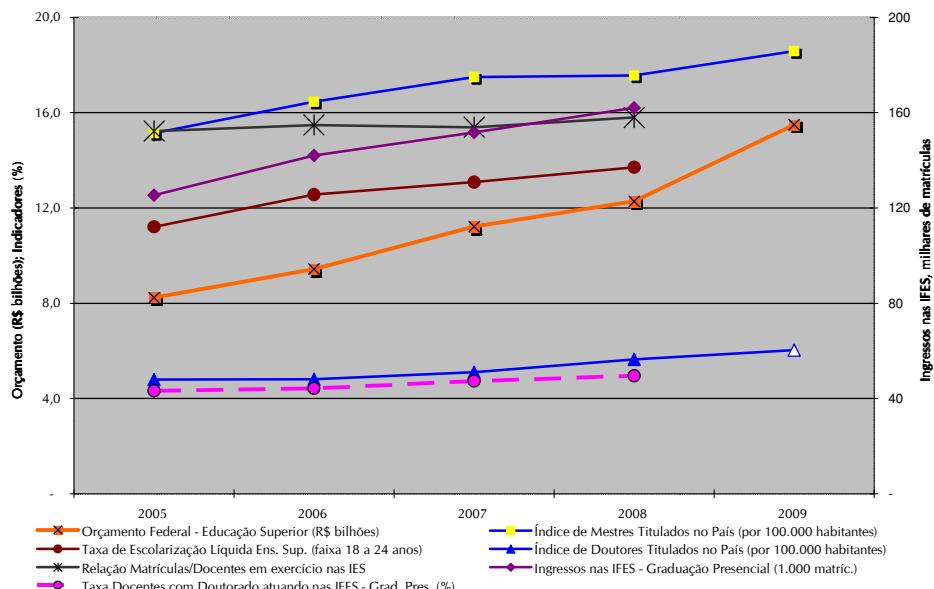
melhorem seu potencial produtivo e suas condições de vida.

Educação Superior

Em reconhecimento ao papel estratégico das universidades públicas federais para o desenvolvimento econômico e social e com o objetivo de implementar ações integrantes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Governo adotou uma série de medidas que tem como propósito retomar o crescimento do ensino superior público.

O MEC tem dado ênfase nas ações de expansão de universidades e oferta, inclusão e democratização do acesso ao ensino superior, assumindo, ainda, compromisso com a disponibilização de educação de qualidade. A expectativa para a educação superior é dobrar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação nas universidades federais, em um prazo de dez anos.

Evolução do Orçamento Federal e dos Indicadores no Âmbito da Educação Superior



Fonte: Inep, IBGE e Siafi. Elaboração: CEAD/SPO/MEC.

As ações voltadas à ampliação do acesso e da permanência na educação superior possuem duas vertentes principais: a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), e a concessão de financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). São ações que, em conjunto, já atenderam cerca de um milhão de estudantes, o que revela significativo impacto sobre seu público.

O Fies é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria. Atualmente, o Fundo financia até 100% do valor da mensalidade, a uma taxa de

juros anual de 3,5%. Desde sua criação, o Fies já beneficiou mais de 500 mil estudantes, com investimento acumulado estimado em R\$ 6,4 bilhões. Ao final de 2009, o programa contava com cerca de 490 mil contratos ativos. O investimento da ação em 2009 foi de R\$ 866,5 milhões, relativos a cerca de 33 mil contratos firmados e aos aditamentos semestrais aos contratos já existentes.

O ProUni visa garantir o acesso da população ao ensino superior. Trata-se de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Já beneficiou 595.986 estudantes. O ano de 2009 marcou o período de maior oferta de bolsas de estudos. Foram 248 mil bolsas

ofertadas, superando em 37,58% a meta de 180 mil bolsas previstas.

Além da expansão e manutenção das universidades federais e do desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior, o MEC vem trabalhando, também, na supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino.

No âmbito da Educação Superior podemos destacar os seguintes programas e ações:

Programa Brasil Universitário

Objetivando implementar ações integrantes ao PDE, o Governo adotou uma série de medidas com o propósito retomar o crescimento do ensino superior público. Nesse contexto, o Programa Brasil Universitário tem como objetivo ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1073 – BRASIL UNIVERSITÁRIO

1073	BRASIL UNIVERSITÁRIO	2005	2006	2007	2008	2009
1830	Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior	14,92	15,22	15,49	15,39	n/d
1826	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Doutorado atuando nas IFES - Graduação Presencial	43,22	44,26	47,32	48,78	n/d
1828	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Graduação atuando nas IFES - Graduação Presencial	30,10	29,40	25,76	25,17	n/d
1827	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Mestrado atuando nas IFES - Graduação	26,64	26,32	26,93	26,03	n/d
1831	Taxa de Matrícula de Alunos em IFES - Graduação Presencial no Turno Noturno	25,38	25,38	n/d	25,55	n/d
3009	Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno	58,95	60,13	60,89	61,67	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	8.847,42	11.476,87	13.431,61	14.730,62	18.492,30

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

Dentre as ações que compõem o Programa Brasil Universitário destacam-se:

A ação **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (8282)** tem por objetivo promover a revisão da estrutura acadêmica das universidades federais, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. No âmbito do Reuni, foram criadas 35,5 mil novas vagas em cursos presenciais, das quais 14.770 no período noturno, sendo investidos R\$ 272,2 milhões.

A ação **Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (8551)** cujo objetivo é auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior em suas várias necessidades e demandas, principalmente nos projetos especiais na melhoria da qualidade do ensino de graduação, assim como no aumento da oferta de vagas. Um total de 43 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) foram apoiadas em 2009, seja em seus projetos específicos, seja em projetos e ações complementares ao Projeto Reuni. A ação empenhou um total de R\$ 150,5 milhões.

A ação **Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (4413)** abrange o Programa de Educação Tutorial (PET), criado para apoiar atividades acadêmicas que integram o ensino, a pesquisa e a extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação

de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação, além de estimular a continuidade da vida acadêmica, uma vez que 60% dos alunos que participam do PET ingressam na pós-graduação. São 400 grupos tutoriais em instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o país, com pelo menos um grupo de pesquisa em cada estado brasileiro. Foram beneficiados com o PET, 4.274 alunos bolsistas e 400 tutores, um para cada grupo de pesquisa.

Registre-se que a meta física prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA/2009) refere-se ao número de tutores, embora o produto publicado na mesma lei seja de aluno treinado. Sendo assim, a meta física prevista foi alcançada em 100% e não 1.167%, conforme registrado no sistema, alocando R\$26,4 milhões (87,86% dos recursos previstos).

A ação **Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federal (6379)** está vinculada às realizações na área dos Hospitais Universitários Federais, que contribuem expressivamente para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois, de um universo de aproximadamente 3,2 mil hospitais cadastrados, os 46 Hospitais Universitários configuram uma rede de atenção cujo perfil é, em 70% deles, de grande porte e voltada para ações de média e alta complexidade, constituindo, muitas vezes, a unidade hospitalar pública mais importante do Estado.

Esta ação visa complementar o custeio e financiar o investimento na infraestrutura desses hospitais. Em 2009, esses recursos foram da ordem de mais de R\$ 130 milhões,

distribuídos aos 46 hospitais da rede federal. Ressalte-se que a meta física prevista foi atingida em 100%, ou seja, todos os hospitais universitários federais foram atendidos. A meta física contabilizada no Simec/SIGPlan está acumulando o número de hospitais apoiados/mês, sendo que, na verdade, a informação prestada mensalmente refere-se a toda a rede de HU apoiada ao longo do ano.

Cabe destacar que a partir de agosto de 2009 ocorreu a inserção da Maternidade Vitor do Amaral/UFPR, totalizando 46 hospitais. Cabe salientar que, considerando o período de 2005 a 2009, verifica-se um incremento financeiro da ordem de 263% para a esta ação, num esforço do Governo Federal para a viabilização da manutenção da rede de Hospitais Universitários Federais.

A ação **Apoio à Residência Multifuncional (4005)** abrange as residências em saúde, estratégia considerada fundamental para a formação de recursos humanos que atendam ao SUS. Esses programas de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade de treinamento em serviço, compreendem os programas de Residência Médica e os programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde. O MEC é responsável pela maior iniciativa de formação de médicos especialistas do país em todas as áreas de conhecimento da Medicina, financiando bolsas para médicos residentes em programas vinculados às Universidades Federais, desenvolvidos nos seus Hospitais Universitários e em algumas unidades hospitalares conveniadas. Em 2009 o quantitativo foi ampliado de uma média anual de 4.981 em 2008 para 5.334 em 2009. Os investimentos foram de, aproximadamente, R\$ 140 milhões.

É importante salientar que o Simec apresenta esta meta como não cumulativa, razão pela qual, os dados apresentados como meta física prevista e realizada dizem respeito apenas ao número médio de bolsas concedidas para residentes a cada mês e não ao total de bolsas realmente financiado pelo MEC no ano de 2009.

É preciso enfatizar que o MEC desenvolveu dois projetos em 2009, para implementação em 2010, que representam uma iniciativa inédita no campo da qualificação de recursos humanos para a saúde: o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência), que tem como objetivo favorecer a formação de especialistas na modalidade residência médica em especialidades e regiões prioritárias para o país; e o Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde dos Hospitais Universitários Federais, cujo objetivo é promover a especialização dos

demais profissionais da saúde em todo o país, nas áreas de atuação prioritárias para a atenção à saúde da população local e regional onde o hospital está inserido. Para cada um desses projetos foi feito um planejamento de oferta de 500 novas bolsas, o que representa um incremento direcionado que nunca havia sido realizado antes pelo Governo Federal.

No âmbito do Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais (1449) é executado o Censo da Educação Superior (Ação 6503), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do MEC. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação superior no Brasil, as quais subsidiam a formulação e o acompanhamento das políticas e programas dessa etapa da educação, contribuindo com o trabalho dos gestores públicos, instituições públicas e privadas, pesquisadores e estudantes do Brasil e de outros países, bem como de organismos internacionais. Em 2009 foi realizado o Censo da Educação Superior 2008, ferramenta mais importante para o levantamento de informações junto às Instituições de Ensino Superior. Em módulo paralelo, foi executado o Censo de Docentes da Educação Superior 2008. Em 2010, será realizada a coleta de dados para o Censo da Educação Superior 2009. Diferentemente dos anos anteriores, o Censo passará a levantar informações individualizadas por docente e aluno, o que propiciará a construção de indicadores que retratem a qualidade dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

No ano de 2009, o MEC continuou a expandir suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, por meio do Programa de Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, que tem por objetivo formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação, além de atuar na formação inicial e na qualificação de docentes para a educação básica. Suas ações permitiram que o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) titulasse mais de 11 mil doutores e 38 mil mestres, contribuindo assim para uma maior oferta de recursos humanos altamente qualificados e, consequentemente, alavancar o desenvolvimento nacional no médio e longo prazo.

Evolução dos Indicadores do Programa 1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

1375	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	2005	2006	2007	2008	2009
2137	Índice de Doutores Titulados no País	4,79	4,81	5,10	5,65	n/d
2135	Índice de Mestres Titulados no País	15,14	16,46	17,50	17,59	n/d
2139	Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional	4,27	4,21	4,10	4,10	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	659,27	752,64	802,88	1.038,92	1.286,29

Fonte: SIGPlan / CAPES / Siafi

Algumas ações merecem destaque em 2009:

Ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País (0487). Tem como beneficiários os alunos matriculados em programas de pós-graduação avaliados e recomendados pelo MEC, bem como recém-doutores que passaram a integrar tais programas. Foram concedidas 24.401 bolsas de mestrado, 14.724 bolsas de doutorado e 841 bolsas de pós-doutorado. Deste total, 4.233 bolsas foram destinadas para o novo programa "Bolsas para Todos", onde são beneficiados os alunos dos cursos de pós-graduação das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Além das atividades regulares de fomento, ressaltam-se como marcos inovadores, as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde, Cultura, Administração, Ciências do Mar, Nanobiotecnologia e Comércio Exterior. A ação empenhou um montante de R\$ 727,3 milhões.

A ação **Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado (009H)** constitui de uma iniciativa para a absorção de recém-doutores, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FNEP). Por intermédio dessa essa ação foram concedidas 1.163 bolsas em 2009, totalizando recursos na ordem de R\$ 36,7 milhões.

Ação Concessão de bolsas de qualificação de pessoal de alto nível para a pesquisa em temas estratégicos - novas fronteiras da pós-graduação (0B95). Esta ação visa a formação de recursos humanos de alto nível, em temas estratégicos para o desenvolvimento das regiões que apresentam defasagem na capacitação de mestres e doutores para os quadros docentes das universidades nas regiões Norte, Centro-Oeste e Semi-Árido. Por meio dessa ação são executados: o Programa de Doutorado Interinstitucional Novas Fronteiras – Dinter NF e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Procad Novas Fronteiras. Como resultado dessas iniciativas observa-se o aumento no número e na qualidade das pesquisas desenvolvidas e o consequente incremento na formação de mestres e doutores destas regiões, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das assimetrias observadas e para o desenvolvimento socioeconômico local. Foram concedidas 1.379 bolsas e investidos R\$ 22,4 milhões.

Com relação à ação **Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior (0935)**, foram concedidas 1.357 novas bolsas de estudos referentes aos programas de bolsas no exterior que apóiam demandas individuais e de projetos de pesquisa, integrantes de programas nacionais em áreas estratégicas. Houve também o apoio à participação de 460 doutores em eventos científicos no exterior. Foram mantidos, em mais de 30 países, outros 1.102 bolsistas que iniciaram seus estudos em 2009 e em exercícios anteriores. Os recursos financeiros totalizaram R\$ 70,1 milhões.

A ação **Acesso à Informação Científica e Tecnológica (2317)** beneficia 308 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo e disponibiliza mais de 21 mil periódicos em textos completos e 130 bases referenciais ou de resumos e 09 bases de patentes, por meio do Portal de Periódicos. No ano de 2009 o Portal contabilizou 66,5 milhões de acessos, o que equivale a mais 182 mil acessos diários. O investimento do Portal de Periódicos em 2009 foi de mais R\$ 100 milhões.

Com relação à meta física prevista para 2009, convém esclarecer que esta era de 60 milhões de acessos, entretanto, ocorreu um erro material na elaboração e aprovação da Lei do Orçamento Anual (LOA) tendo sido registrada como execução uma unidade (1) de milhar.

Essa informação foi migrada para o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Simec), o que acabou por superestimar a execução física. Desta forma a execução física real foi de uma média de 5 milhões de acessos ao mês, o que corresponde a 66.573.742 no ano.

Ação Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento (4011). A avaliação orienta a evolução de todo sistema nacional de pós-graduação, antepondo-lhe execuções e desafios que resultam em avanços da ciência, tecnologia e inovação.

Em 2009 foram submetidas 566 propostas de cursos novos, dos quais foram aprovados 256 cursos, sendo 132 de mestrado acadêmico, 19 de mestrado profissional e 105 de doutorado. Paralelamente, foram realizadas as atividades preparatórias para a Avaliação Trienal, a ser realizada em meados de 2010, que incluem o tratamento e consolidação das informações encaminhadas por mais de 4 mil cursos de mestrado e doutorado.

Houve um erro material quando da elaboração e aprovação da LOA/09 (PPA) no que tange à quantificação da meta física, ficando registrado 1 (uma) unidade em vez de 10 mil, que seria o correto. O recurso financeiro foi de 12,6 milhões.